

## **CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA E ESCOLA PÚBLICA: o problema do conhecimento para as massas trabalhadoras**

Elismar Bezerra Arruda<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo expressa reflexões e entendimentos decorrentes da pesquisa intitulada: "A educação dos trabalhadores em Mato Grosso no tempo do Agronegócio: contradições e perspectivas no capitalismo periférico". Objetiva discutir a subjetivação da Escola Pública pelas massas trabalhadoras, a partir da realidade mato-grossense impactada pelo processo do Agronegócio; este como a materialização do *capitalismo dependente*. Referenciado na filosofia política marxista, confronta o *Pedagogismo*, o reducionismo do mercado e trata o processo de ensino como *práxis* que constrói uma nova vontade coletiva, no sentido da autonomização dos trabalhadores. Palavras-Chave: Escola Pública; Vontade Coletiva; Autonomização.

### **CONSTRUCTION OF COLLECTIVE WILL AND PUBLIC SCHOOL: the Problem of Knowledge for the Working Masses**

### **Abstract**

The following article expresses some reflections and understandings related to the research titled: "Construction of Collective Will and Public School: the Problem of Knowledge for the Working Masses". Its objective is to discuss the subjectivation of the Public School by the working masses starting with the mato-grossense reality impacted by the agribusiness process, this like the materialization of the dependent capitalism. Referenced on the political marxist philosophy, it confronts the Pedagogism, the market reductionism that treats the learning process such as the praxis which builds a new collective will in the sense of the autonomization of workers. Keywords: Public School; Collective Will; Autonomization.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da CAPES. Servidor efetivo junto à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá/MT. [elismar.b.arruda@gmail.com](mailto:elismar.b.arruda@gmail.com).

## Introdução

Referenciado na situação econômico-social das massas trabalhadoras em Mato Grosso sob a supremacia do Agronegócio, este artigo trata do problema educacional-escolar dessas massas a partir das seguintes questões fundamentais: a) é possível *traduzir* a concepção gramsciana de “[...] formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político” (GRAMSCI, 2012, p. 13-19), para o processo educacional da Escola Pública, de forma a determiná-lo inclusive em sua finalidade?; b) em sendo possível, que elementos teórico-metodológicos devem orientar a nova prática docente?; c) o deslindamento do processo de produção do Agronegócio por suas especificidades capitalistas, a explicitação das suas limitações e perversidades para o desenvolvimento estadual/nacional, e a indicação da necessidade da sua superação por um processo produtivo que promova e eleve todas as potencialidades humanas da gente mato-grossense, podem ser considerados como conteúdos curriculares, de forma que a sua difusão/desenvolvimento signifique a difusão e o desenvolvimento do conhecimento sistematizado, científico?

Na tentativa de responder essas questões, busca-se amparo na filosofia política de Marx e de seus continuadores, especialmente Gramsci, mas também em autores nacionais, como Florestan Fernandes, Saviani, Semeraro, dentre outros. Parte-se, então, da concepção da Escola Pública como o organismo social fundamental, privilegiado, do desenvolvimento do processo educacional-escolar das massas trabalhadoras, por sua *capilaridade* em todas as regiões do Estado e pela capacidade *massiva* de atendimento; também, da compreensão do caráter contraditório, diverso, dialético, desse ambiente e do processo político-pedagógico que ali se desenvolve, marcados pelas concepções de mundo e pelos interesses dos grupos ou classes sociais fundamentais.

Tem-se a construção da *vontade coletiva* como um complexo processo político-pedagógico, que se desenvolve fundamentado na própria condição econômico-social dos indivíduos sociais concretos, que constituem ativamente, afirmando ou negando, a sociedade burguesa. Na perspectiva das massas trabalhadoras, essa construção é tomada, então, como processo que, deslindando a realidade social em concreto, evidencia as suas necessidades, interesses e sonhos, como elementos imanentes dessa realidade, que é historicamente determinada; assim, desenvolve-se unificando-os e lhes imprimindo um novo significado na forma de um *estar sendo* de novo tipo dessas massas, agora referenciado na construção da sua hegemonia.

Como fato fundamental, tem-se uma realidade econômico-social em curso cuja estrutura e dinâmica básicas caracterizam a sociedade atual por sua divisão em duas classes sociais determinantes: a dos proprietários, e a dos não proprietários dos meios de produção; do que decorre o processo social dinamizado contraditoriamente: por um lado, pelo movimento conservador que busca afirmar/preservar as estruturas econômico-sociais e, por outro lado, pelos movimentos que se desenvolvem em negação e tentativa de superação de tais estruturas. Assim, embora esse processo tenda a tomar o sentido exigido pelo interesse conservador da classe *proprietária-governante*, verifica-se que também expressa e é caracterizado pelas iniciativas e perspectivas de mudanças mais ou menos radicais dos subalternos. É a condição social de não proprietários, de onde decorrem suas necessidades e interesses, que impõe aos trabalhadores problemas e desafios históricos, e os mobilizam para as mais diversas tentativas de mudança da realidade que lhes oprime.

Pode-se dizer, então, que o processo social se efetiva marcado indelevelmente pela luta permanente entre o *velho* e o *novo*, ou pelo confronto entre as forças que buscam a sua conservação, e as que se efetivam como a urdidura da sua transformação/superação. No entanto, *velho/novo*, *conservação/transformação*,

não se revelam tão facilmente ou imediatamente ao *primeiro olhar*, na medida em que o *velho* para se preservar, também se afigura aparentemente como *novo*, assim como a conservação, que se apresenta sempre como novidade e mesmo como *revolução*<sup>2</sup>. Mais ainda, dado que a vida é movimento, é importante patentear que, o que diferencia e caracteriza essas duas perspectivas não é a suposta *inação* da conservação, nem a suposta *ação* da transformação – posto que, ambas as perspectivas, só se efetivam por determinado movimento ou política.

Por conseguinte, o que se verifica na realidade é a tentativa intransigente das forças conservadoras de educar as massas para conceberem e tomarem a transformação/superação como sendo qualquer movimento; daí difundirem o processo social em curso (que dominam), como o *novo* sendo efetivado, por sua dinâmica capitalista<sup>3</sup>. Com efeito, esse processo social, por seu sentido ou perspectiva fundamental, materializa-se como vontade coletiva conservadora, formada nas massas pelas diversas políticas com que se caracteriza o *hegemonismo*<sup>4</sup>.

Evidenciado que não é o movimento em si, o que caracteriza a construção ou tentativa de construção do *novo*, a sua perspectiva deve ser buscada na realidade concreta, pelo exame do processo social determinado pelo interesse

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, deve-se lembrar que o Golpe de Abril de 1964, que a burguesia (por suas frações dominantes) perpetrou contra os trabalhadores brasileiros e suas organizações e movimentos, buscando destruir suas conquistas e avanços democrático-populares, autodenominava-se Revolução.

<sup>3</sup> Ou seja, se “[...] todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2013, p. 641), o processo do capital visa, antes de tudo, reproduzir-se definitivamente como processo do capital; isto é, não existe neste processo a intenção ou a perspectiva de *revolucionar* a realidade no sentido de atender os interesses das massas, mas, sempre o seu próprio, intransigentemente.

<sup>4</sup> Hegemonismo como processo político-ideológico, de educação e convencimento, que a burguesia desenvolve sobre as massas trabalhadoras e, assim, efetiva-se como negação/destruição dos movimentos, lutas e organizações autônomos dessas massas, criados/desenvolvidos no sentido da construção da sua hegemonia e, assim, em negação/superação da sociedade burguesa.

dos grupos sociais fundamentais. Verificando-se o processo capitalista no território nacional, constata-se grandes transformações, inovações, na vida social em geral; na realidade estadual, sob a supremacia do Agronegócio, especialmente nos tempos mais recentes, também se constata mudanças econômico-sociais que impactaram extraordinariamente a vida da sociedade em geral. No entanto, um exame mais acurado revela que essas transformações se efetivaram *epidemicamente*, ou seja, conservando e expandindo as estruturas econômico-sociais do processo produtivo; isto porque, o processo produtivo determinado pelo capital, tem como a sua finalidade superior, antes de tudo, a valorização do capital.

Mas, é importante destacar que essa valorização se efetivou por uma *especificidade capitalista*, isto é, ela materializou-se pela forma do *capitalismo dependente*, que impõe ao desenvolvimento estadual os limites e características do *subdesenvolvimento*. Ainda assim, o Agronegócio foi divulgado como o novo em curso, e os seus proprietários celebrados socialmente, como os protagonistas intrépidos e supremos da *boa política* e da *economia progressista e revolucionária* mato-grossense. Em face dessas transformações, mas, também, da condição econômico-social das massas trabalhadoras e na perspectiva da sua autonomização, pode-se caracterizar o Agronegócio como o *novo*?

Na realidade, embora Mato Grosso seja afigurado nacionalmente como o *Estado do Agronegócio* (por sua extraordinária produção de mercadorias decorrentes das atividades agropecuárias, inclusive pela extração de madeiras e minérios, ou seja, por sua produção de *commodities*), essa produção, por si mesma ou por sua aparência imediata, não determina o significado real do Agronegócio e nem demonstra a totalidade econômico-social do Estado. De fato, essa propaganda mais esconde que revela a realidade econômica concreta do Estado – na medida em que busca ocultar (e, assim, anular) a miríade de atividades e processos

produtivos subalternos que se desenvolvem, senão em confronto militante, aberto, direto, à lógica capitalista-dependente do Agronegócio, desenvolvem-se referenciados em princípios agroecológicos, econômico-sociais, cuja finalidade superior não é a valorização do capital ou a produção/extração da mais-valia, mas o desenvolvimento integral do homem em harmonia com o meio ambiente.

Em todo caso, os altos índices da produção e da produtividade estadual do Agronegócio são divulgados, ressaltando-se as especificidades ambientais de Mato Grosso (grandes extensões de terras agricultáveis, água em abundância etc.), com um objetivo político-ideológico bem determinado: o de inculcar na sociedade em geral, a ideia de que o Agronegócio é a materialização da *vocação econômica* do Estado, ou a efetivação do tipo de desenvolvimento que, naturalmente, cabe a Mato Grosso no contexto da economia mundial. Essa concepção (de desenvolvimento econômico-social) atravessa a sociedade em geral e chega à Escola como elemento teórico-metodológico poderoso, estabelecendo-se, assim, como referencial político-pedagógico determinante para a educação das massas trabalhadoras; esse referencial, nem sempre é percebido e, menos ainda, tratado adequadamente, pelos educadores.

Nos limites deste artigo, busca-se examinar e determinar o processo educacional-escolar hegemônico, isto é, aquele que é desenvolvido segundo o sentido das políticas oficiais, como elemento difusor/confirmador da vontade coletiva do hegemonismo para as massas trabalhadoras; e, ao mesmo tempo, demonstrá-lo pelo subterfúgio de se aparentar escolástico, técnico, em negação da *política*, como forma de afirmar a política conservadora que materializa ou tenta materializar contra a autonomização das massas. Busca-se, portanto, contribuir para a subjetivação da Escola Pública pelas massas, concebendo-a teórico-praticamente como espaço e instrumento da construção/difusão de uma nova vontade coletiva – que deve se efetivar pela elevação intelectual e moral dessas massas, subtraindo da classe proprietária-governante o monopólio do

conhecimento científico, elemento imprescindível da/e para a sua autonomização.

### **O caráter do desenvolvimento sob a supremacia do Agronegócio**

Ao contrário do que se divulga, o processo econômico-social do Agronegócio não é um fenômeno natural, assim como não surgiu nas últimas três ou quatro décadas a partir do que os chamados *produtores rurais* realizaram por seu próprio protagonismo em Mato Grosso. Ele é a expressão e a continuidade de um processo que se confunde com os primórdios de Mato Grosso, o qual sempre se desenvolveu como elemento orgânico de uma totalidade econômica maior. Não se nega, entretanto, a importância das políticas da chamada Ditadura Militar, efetivadas nas décadas de 1960 e 1970 (e que tiveram continuidade com os governos que vieram depois), para a alavancagem desse tipo de desenvolvimento; de fato, essas políticas favoreceram extraordinariamente o entranhamento, a estruturação e o desenvolvimento do grande capital nas diversas regiões do Estado, mediante os mais amplos e generosos apoios ou *incentivos* suportados pelo Fundo Público.

Se pelo discurso hegemônico, isto pode levar à ideia do seu surgimento recente, a verdade é que a grande empresa privada ou os grandes empreendimentos capitalistas foram assentados sobre uma perversa e excludente estrutura fundiária, instituída pelo Estado e Governos a serviço de oligarquias que sempre os controlaram para o próprio benefício. A gênese dessas oligarquias e seu *modus operandi* remontam ao Brasil Império, à Velha República, passando pelo Estado Novo, até chegar aos dias atuais. O Agronegócio não só herda essa estrutura fundiária, como também se desenvolve a partir do poder político das velhas oligarquias, portanto, preserva a estrutura de poder político autoritário e

excludente, que sempre manteve os que vivem do próprio trabalho distante da Administração Pública e das suas decisões fundamentais.

Se a exaustiva divulgação dos números da produção e da produtividade agropecuária busca, por um lado, esconder esse fato histórico e, por outro lado, tenta demonstrar o Agronegócio como uma realização que impacta a realidade mundial a partir do protagonismo do empresariado estadual – a análise concreta do seu processo revela o Agronegócio como expressão da estrutura e dinâmica do capitalismo mundial, à qual o empresariado estadual/nacional se vincula subalternamente, como elemento orgânico dessa totalidade. Dessa forma, desenvolve-se em função da valorização do capital (dos capitalistas do *centro* e dos da *periferia*), sob o imperativo da *dependência*. Com efeito, materializa-se como *capitalismo dependente*, cujo processo econômico-social é limitado (por essa sua relação com o centro do capitalismo mundial) ao *subdesenvolvimento*, que é a forma do desenvolvimento capitalista da periferia, portanto, de Mato Grosso e do País.

Em Florestan Fernandes (1975) temos que *dependência* e *subdesenvolvimento* se efetivam como uma relação complexa, dialética, entre o centro e a periferia do capitalismo mundial; materializa-se, fundamentalmente, como *um bom negócio* para os dois lados. Para a burguesia daqui, da periferia, cabe a perversa função de arrancar o máximo de *mais valia* da classe trabalhadora, para reparti-la com a burguesia do centro – função que cumpre sobranceiramente, face aos que vivem do próprio trabalho. Semeraro, de forma didática e precisa, esclarece que:

[...] a dependência consiste no fato de alguns países terem a própria economia subjugada ao desenvolvimento e à expansão de outros países. Os dominantes dispõem do predomínio econômico, tecnológico, científico, além do ideológico e militar. A dependência nasce assim sobre uma divisão internacional do trabalho que destina alguns países à produção de matérias-primas, enquanto outros se dedicam à elaboração de produtos de ponta. Desta forma, o capitalismo cria um



sistema 'desigual e combinado', transformando os países periféricos em 'associados e dependentes', uma modalidade mais sofisticada e nefasta de opressão. (SEMERARO, 2009, p. 85).

Tem-se, então, que o projeto societário *futuro* da fração burguesa dominante, é o que está em vigor, cuja base material ou econômica caracteriza-se fundamentalmente pela produção de *commodities* para a exportação, com todas as suas consequências econômico-sociais e políticas para as massas trabalhadoras e para o País. Assim, ao contrário do que o *hegemonismo* busca determinar para as massas, a produção e a produtividade alcançadas pelo Agronegócio acabam por demonstrar que o grande desafio para a nossa economia, na perspectiva dos trabalhadores, não está na disposição ou capacidade para produzir riquezas; está, sim, na necessidade de se conceber/inaugurar um tipo de desenvolvimento em que a capacidade produtiva, inventiva, das massas trabalhadoras possa ser desenvolvida no sentido de sua potencialização máxima e na perspectiva da superação da dependência e do subdesenvolvimento. É possível isto no capitalismo?

Evidentemente, trata-se de um desafio gigantesco, complexo, na medida em que *dependência* e *subdesenvolvimento* formam o conteúdo econômico-social da dominação burguesa (por seu setor ou fração dominante) no plano estadual/nacional; do que decorre ser, o novo desenvolvimento, uma construção que só pode se efetivar como confronto, negação/superação, do processo do Agronegócio – posto que, não está nos planos dos grupos dominantes desfazer o negócio (do qual nos fala Floresta Fernandes) que os fazem dominantes. De fato, tem-se um processo social marcado pelo domínio da classe proprietária-governante, que o exerce estabelecendo o seu interesse e suas necessidades como se de toda a sociedade; que os assimila na forma de um amplo consenso.

Esse consenso materializa-se como uma vontade coletiva que, substanciando-se no processo econômico, na economia, busca afirmá-lo como o tipo de

desenvolvimento necessário e adequado para a coletividade em geral. Dada a condição dos não-proprietários nesse processo, as tentativas de superação dessa condição se desenvolve como tentativa de construção de nova vontade coletiva; portanto, substanciando-se na negação do processo econômico capitalista e, por conseguinte, na afirmação de um novo projeto societário.

Em Marx (2010, p. 133-140) temos que o processo de produção capitalista compreende a sua reprodução, e que essa reprodução não se efetiva *apenas* como (ou pela) produção material continuada, significa também, a produção/difusão da concepção de mundo, das ideias, que confirmam a estrutura material capitalista e sua dinâmica fundamental. Assim, se a materialidade econômica tem como seu elemento constituinte inexorável uma correspondente *espiritualidade*, ou seja, dado que o processo econômico dominado pelo capital tem como sua característica fundamental a contradição determinada pela condição e os respectivos interesses dos proprietários e dos não proprietários, a espiritualidade decorrente se manifesta também contraditoriamente.

Com efeito, a Escola Pública como organismo social que é, expressará sempre a contradição decorrente da disputa estabelecida entre essas forças sociais fundamentais pelo controle de tal organismo. E, de fato, o processo educacional-escolar expressa concomitantemente essas perspectivas e, pior ou mais complexo: não por práticas de educadores distintos, mas, muitas vezes, pela prática de um mesmo educador. Face à necessidade da construção de uma nova vontade coletiva (portanto, no sentido do confronto/superação da lógica do Agronegócio, ou dos limites que a dependência lhe impõe), a Escola Pública, por sua especificidade político-pedagógica, emerge como ambiente e organismo social de singular importância para as massas trabalhadoras.

## **A construção da vontade coletiva como processo político-pedagógico**

Mesmo no plano mais superficial, a *vontade* manifesta-se como decorrente de alguma *necessidade*, e as buscas e iniciativas para realiza-la se desenvolvem sempre no sentido de, de alguma forma, subjetivar o real ou a realidade social em que ela se formou. Assim, a busca para *realiza-la*, ao tempo em que exige determinado conhecimento sobre a realidade e sobre a própria vontade, faz evidenciar o seu caráter humano, histórico, isto é, a vontade decorrente de uma necessidade criada pelo próprio homem em seu processo de *humanização*<sup>5</sup>. Mas, também no plano superficial, parece que a vontade e as iniciativas para satisfazê-la, referem-se às especificidades de cada indivíduo particular; ou seja, referir-se-iam ao indivíduo em si, sem guardar grandes relações com a vida social em concreto. Manifesta-se, assim, fragmentadamente, reduzida ao indivíduo particular, a visão de mundo que está a orientar o pensar e o agir das massas humanas; pode-se dizer, então, que a vontade coletiva em ato, a que atende ao interesse do *hegemonismo*, tem na concepção do homem reduzido ao indivíduo particular, abstrato, o seu fundamento filosófico.

Ora, de Gramsci (2013, p. 411-415) pode-se depreender que o indivíduo em si, fragmentado, sem relação orgânica com o contexto econômico-social em que se constitui como ser social concreto, é *nada*, é uma abstração. Com efeito, ao se tratar do que é o homem, não se está a buscar uma determinação sobre o que ele *seja* em definitivo; pois, dada a sua inconclusão, ao seu eterno *está-sendo*, o que se busca é esclarecer as determinações econômicas, sociais, culturais etc., desse *está-sendo* e, então, estabelecer o que o homem *pode ser*, por seu

---

<sup>5</sup> Conforme Netto e Braz: “O desenvolvimento do ser social significa, pois, que, embora se mantenham as determinações naturais, elas são progressivamente *afastadas, empurradas para trás, sofrendo um recuo*. As barreiras (ou limites) naturais em meio às quais se move a sociedade e a própria naturalidade dos homens são insuprimíveis, mas as suas implicações para a vida humana *decrecem* à medida que, pelo trabalho, os homens transformam a natureza e se transformam a si mesmos”. (2012, p. 51)

próprio protagonismo<sup>6</sup>. Por conseguinte, a discussão sobre a construção da vontade coletiva, refere-se à tentativa consciente de intervenção no processo humano, a partir de um contexto específico; ou seja, trata-se da concepção e realização de uma política que busca inaugurar um movimento de novo tipo, com nova perspectiva para o processo humano a partir do interesse concreto, econômico-social, das massas trabalhadoras. Trata-se de um movimento em que a sua própria instauração pressupõe determinada concepção do mundo oposta ao hegemonismo e, dessa forma, é, por si mesmo, um *estar sendo* novo, exigido pelo *objetivo final* a que este se propôs<sup>7</sup>.

Se na base do problema está a condição material de vida do homem, é necessário ressaltar ou dar relevo para a visão de mundo que faz essa condição ser afigurada para o homem em geral e, especialmente, para as massas trabalhadoras, como fato natural. Na medida em que o objetivo dessa afiguração é anular o impulso ou as iniciativas dessas massas para a construção de uma nova *vontade*, de novo tipo e sentido, essa visão de mundo tenta conformar as utopias e os sonhos de mudança dessas massas na dinâmica da base material ou econômica da qual decorre. Afigura-a então, como um processo que se desenvolve aberto ao acolhimento dos sonhos e protagonismo dos indivíduos em geral e, assim, afirma-se como *a verdade*, isto é, como a visão de mundo correta e necessária para o progresso da sociedade em geral; ou seja, apresenta o interesse da classe proprietária-governante como necessidade de toda a sociedade, para negar a existência das classes sociais e, assim, os

---

<sup>6</sup> Marx e Engels (1984, p. 15): Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a **produzir** os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

<sup>7</sup> Neste sentido é ilustrativa a concepção que se tinha de Gestão Democrática para a Escola Pública nos anos de 1980, quando esta era tratada não como um fim em si mesmo, mas como instrumento que se referenciava nas lutas de autonomização das massas trabalhadoras, etc.; portanto como instrumento, mediante o qual se buscava construir um tipo de Democracia para a sociedade, que se tentava praticar desde a Escola Pública.

trabalhadores como a classe social que é – com necessidades, interesses e sonhos próprios, decorrentes da própria condição social.

Trata-se de uma *vontade* que se desenvolve pela fragmentação do real em miríades de realidades estanques, *vontades particulares*, em si, que são unificadas pela dinâmica do processo do capital, o qual dá a forma da sociedade burguesa; portanto, em negação/destruição das tentativas de construção da vontade coletiva autônoma das massas. Nesta perspectiva é que, como filosofia política do processo burguês, o *hegemonismo* busca estabelecer o conteúdo dos processos educacionais-escolares em geral e, em especial, o conteúdo e a forma de ser da Escola Pública.

Ora, tais conteúdos, referem-se evidentemente à determinação do ser (e não pode ser diferente), mas esse ser, por sua concepção e determinação, não é tratado no curso da história da humanidade em concreto, mas vinculado ao processo do capital; daí o hegemonismo estabelecer o mercado, por suas necessidades e exigências *reificadoras*, como a finalidade da educação das massas – quando, na realidade, conforme visto, essa finalidade, ao reduzir o trabalhador à mão de obra, não faz mais que o conformar ao processo produtivo capitalista. Dada a condição econômico-social das massas na sociedade burguesa (que a impele em desespero para a conquista de um comprador para a sua força de trabalho, como forma de garantir a própria sobrevivência), vê-se manifestar a perversidade desse reducionismo, inclusive pela indicação de que a limitação do seu processo educacional-escolar ao mercado é a forma de garantir, mais que a sua condição elementar de vida, a sua ascensão econômico-social<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Quando em Marx (2013, p. 245) está esclarecido que o salário, que o trabalhador recebe do empresário pela venda da sua força de trabalho, corresponde ao que é imprescindível para que permaneça vivo, em condições de trabalhar e de reproduzir-se, ou procriar o seu substituto no processo produtivo.

Se é assim, a superação dessa condição pressupõe uma nova materialidade econômico-social, cuja efetivação pressupõe o desenvolvimento de uma nova visão do mundo, um novo conhecimento para as massas trabalhadoras. A aquisição/desenvolvimento desse conhecimento toma um sentido de classe, na medida em que se efetiva, sobretudo, como fato teórico-prático que é; assim, materializa-se, mobilizando o novo sujeito consciente para um novo protagonismo, projetando/buscando realizar uma nova utopia, um projeto societário novo. Ou, a partir de Marx (2010, p. 156), pode-se dizer que é um processo pelo qual, a filosofia encontra as suas armas materiais nas massas e, estas, encontram na filosofia suas armas espirituais.

### **A contribuição da Escola Pública para a construção da nova vontade coletiva**

A *realidade do aluno* é o referencial que o discurso docente tem estabelecido, generalizadamente, para a determinação do processo educacional-escolar socialmente necessário; ou seja, para uma prática docente *correta* ou *competente*, que atenda às necessidades reais dos seus alunos, os educadores têm como princípio político-pedagógico que o processo educacional deve partir da realidade econômica-social dos alunos. Com efeito, o grande problema teórico-metodológico que se eleva em face dos educadores é determinar, em concreto, qual é essa realidade. Essa definição, refere-se à necessidade de se captar o *contexto* real do ser social objeto do processo educacional-escolar que se pretende desenvolver, o que leva os educadores a se confrontarem com “[...] a primeira e principal pergunta da filosofia”, a que se refere Gramsci: (2013, p. 411): “O *que é o homem?*”; portanto, o esclarecimento sobre a realidade concreta do aluno faz evidenciar, como elemento orgânico, imanente, dessa realidade, o aluno em sua afiguração real, histórica, concreta, enfim.

Pela condição econômico-social dos alunos da Escola Pública em sua quase totalidade, essa massa humana pode ser caracterizada como classe trabalhadora; esta que, como elemento orgânico do processo capitalista de produção, só pode estar integrada na sociedade burguesa contraditoriamente, isto é: como afirmação (na medida em que o trabalhador, por sua atividade produtiva, é o fundamento da valorização do capital) e como negação (na medida em que a sua condição lhe impulsiona para tentativas de confrontar e mudar a realidade). A *integração* dessa massa se dá, portanto, inaugural e determinadamente, pelo processo produtivo, ou seja, por sua submissão, como trabalhadores, no processo produtivo dominado pelo capital – que se materializa nas terras mato-grossenses, como supremacia, na forma do Agronegócio.

Entretanto, observados os processos educacionais-escolares, notadamente os da Escola Pública, verifica-se que aquele desafio segue, generalizadamente, como um problema sem a resposta adequada; pois, a grande massa dos educadores continua concebendo e tratando a realidade concreta do aluno por seus fragmentos mais imediatos ou mais aparentes, e não por sua totalidade concreta – com efeito, o aluno como o indivíduo em si. Enredados pela força da ideologia do Agronegócio, não são poucos os educadores que tomam o processo do Agronegócio acriticamente, ou por aquilo que o próprio Agronegócio divulga sobre si mesmo; mesmo discursando contra a adversidades e injustiças do processo econômico-social, as práticas e esforços político-pedagógicos desses educadores acabam se efetivando, em grande medida, como afirmação da lógica ou do interesse do Agronegócio e, assim, em negação, desprezo, ao interesse do aluno-trabalhador.

Premidos pelo discurso da classe proprietária-governante, que indica uma suposta grave carência de mão de obra qualificada para o processo produtivo estadual, os educadores buscam a conexão entre economia e educação a partir da visão pragmática, utilitarista, difundida/imposta pelo mercado. De fato, a

sociedade e, em especial, as massas trabalhadoras, convencidas de que a melhoria da sua condição de vida (principalmente a ascensão econômico-social) está vinculada ao que o mercado lhe indica como determinante, pressionam direta e indiretamente os educadores e a Escola Pública para que cumpram as exigências do mercado. Conseqüentemente, educadores e Escola, no esforço para atenderem uma demanda “democrática” da sociedade, acabam por subalternizar o processo educacional-escolar ao interesse egoístico do Agronegócio, mesmo que seus esforços não consigam formar a mão de obra que o discurso empresarial diz ser necessária ou imprescindível.

Pela observação da realidade econômica estadual, quando ali se verifica que nenhuma atividade produtiva está estagnada ou precarizada por falta de mão de obra qualificada<sup>9</sup>, verifica-se que o discurso empresarial (reivindicando a qualificação da mão de obra) é mais um elemento ideológico do hegemonismo, que a exigência de uma necessidade do processo produtivo. Assim, o discurso se revela em sua finalidade: a de estabelecer o mercado como o orientador político-pedagógico definitivo do processo educacional-escolar das massas trabalhadoras; de forma que a finalidade que indica para a Escola se evidencia como mero meio para subsumir o processo educacional à sua orientação, à sua lógica capitalista dependente.

Esse paradoxo torna o problema ainda mais complexo, porque exige dos educadores confrontarem esse discurso com uma prática docente superior à que realizam, em termos teórico-metodológicos. Ou seja, ao tempo em que esse discurso precisa ser esbugalhado para a sociedade por sua mesquinha

---

<sup>9</sup> Não se nega com isto que, o fato de não haver atividade produtiva comprometida pela falta de mão de obra qualificada, implique na inexistência de determinada *carência* de mão de obra qualificada para o processo do capital. No entanto, tratar-se-á aí, de uma carência em função da natureza do processo capitalista, isto é, uma determinada quantidade de mão de obra que, por sua abundância, seja capaz de *regular*, para baixo, o seu próprio preço – para, assim, reduzir o custo da produção e, por conseguinte, aumentar a taxa de valorização do capital.



finalidade político-ideológica (na medida em que o seu objetivo não é incrementar o processo produtivo com mão de obra qualificada), é necessário demonstrar que se fosse esse o objetivo, nos termos indicados pelo empresariado<sup>10</sup>, significaria a redução da educação dos alunos a mero treinamento, ou à sua instrumentalização mecânica. Por conseguinte, impõe-se a necessidade de denunciar, anunciando, que as suas lutas e esforços vão no sentido da requalificação da Escola Pública para torna-la um organismo/instrumento competente da formação integral (ou elevação intelectual e moral) desses alunos, em vista de um novo protagonismo econômico-social seus na vida social.

De fato, na tentativa de arrastar atrás de si o processo educacional-escolar das massas, o Agronegócio apresenta os índices da produção agropecuária (grãos, carnes e plumas, basicamente) como a materialização do desenvolvimento que interessa à sociedade estadual, nacional e mundial, ao tempo em que, atribuindo essa realização aos “produtores” rurais, indica a Escola Pública e seus educadores como a parte da sociedade que, tendo muito a oferecer para um melhor desenvolvimento econômico-social do Estado, nada oferecem. Indicando-os preocupados apenas *política* e *coisas não pragmáticas*, afigura-nos socialmente, como os responsáveis pela falta da mão de obra qualificada necessária e, esta *irresponsabilidade* ou *incompetência*, como a causa de grande parte dos problemas sociais (desemprego) e econômicos (índices de produção e produtividade menor do que se poderia alcançar) da sociedade estadual. Assim, educadores e Escola Pública são caracterizados e tratados socialmente, como o oposto do protagonismo positivo, realizador e imprescindível da classe proprietária-governante ou dos produtores rurais.

---

<sup>10</sup> Nas entrevistas com os dirigentes de entidades empresariais de Mato Grosso, ficou evidente que a expectativa do empresariado com a Escola Pública é vê-la transformada em agência de *qualificação* de mão de obra, mediante treinamentos rápidos.

É importante observar que ao tentar estabelecer a finalidade da Escola Pública, o Agronegócio também estabelece os conteúdos básicos ou o tipo de conhecimento que deve constituir ou materializar o currículo real a ser desenvolvido em sala de aula; isto porque, a redução da educação das massas à formação da mão de obra e, por conseguinte, a redução dos trabalhadores à instrumento da valorização do capital, compreende: a naturalização do assalariamento, o mercado como o regulador da vida social em geral, a competição como o modo natural de ser das pessoas, o indivíduo atomizado como o fundamento da vida social, a produção e a exportação de *commodities* como a finalidade do processo produtivo estadual, a incorporação das massas trabalhadoras como elemento passivo e subalterno às tecnologias e métodos de trabalho importados dos centros do capitalismo mundial, o trabalho como atividade prática-manual cada vez mais mecânica e simplificada, a *monocultura* predadora como o modo correto e necessário da produção agropecuária etc. Com efeito, o desenvolvimento da leitura e da escrita, por exemplo, limitar-se-ia ao que exige o treinamento dos trabalhadores para operar a maquinaria e instrumentos da produção, que se efetiva por atividades cada vez mais simplificadas e mecânicas; de forma que a capacidade para a “leitura” e interpretação do mundo, que se adquiriria pelo desenvolvimento desta e de outras áreas do conhecimento, fica restringida à assimilação do “mundo” do Agronegócio.

Assim, a compreensão que se efetiva, é de que a construção da nova vontade coletiva não se refere à definição de um receituário sobre um comportamento abstrato, discursivo, das massas na realidade que se quer modificar, mas, a um protagonismo integral, teórico e prático, sobre essa realidade; pressupõe, então, um conhecimento das massas sobre a realidade em que vivem e, por conseguinte, o reconhecimento de si mesmas como elemento orgânico de tal realidade. E isto implica na negação da “vontade” que se formou pela orientação e necessidade das forças hegemônicas, ou seja, significa a dissolução daquele

consenso, portanto, desenvolve-se como transformação em curso da realidade que se pretende mudar radicalmente.

Emerge, assim, o conhecimento como problema incontornável para a construção dessa nova vontade coletiva, orientada segundo as necessidades e os interesses das massas trabalhadoras; o conhecimento concebido e tratado criticamente, como aquilo que a humanidade sabe sobre o mundo e sobre si mesma no mundo. Trata-se de conhecer a realidade imediata em conexão com o processo humano sob o domínio e o governo do capital; por conseguinte, compreender a própria condição imediata como expressão do processo capitalista mundial, que lhe imprime características decorrentes das suas especificidades de capitalismo periférico, inclusive por suas insanáveis contradições. Tem-se, portanto, que a partir dessa compreensão concreta da realidade imediata, é que se poderá organizar e direcionar os impulsos e as revoltas dos trabalhadores (enquanto manifestações fragmentadas e dispersas de negação da condição imediata de subalternos), elevando-as ao patamar de movimento organizado, consciente e unitário de negação/superação da realidade capitalista opressora.

Não se trata, portanto, de estabelecer a finalidade do processo educacional-escolar vinculada ao atendimento de uma necessidade específica da conjuntura (como a necessidade de moradia, do treinamento para um posto de trabalho, de Escola para os filhos etc.) como quer e indica/exige o mercado; embora possa e se deva mesmo tratar dessa carência imediata no processo de ensino, no entanto, sob uma nova abordagem teórico-metodológica, tomando-a como expressão da totalidade econômica em que se formam todas as “carências” de quem vive do próprio trabalho. Será dessa nova concepção de mundo que se desenvolverá uma nova compreensão político-pedagógica das lutas e movimentos dos trabalhadores – inclusive a prática docente; de forma que, novos protagonismos poderão ser concebidos e materializados no sentido

consciente da superação da *fonte das carências permanentes* (a estruturas econômico-sociais capitalistas) impostas às massas trabalhadoras.

É nesse sentido que se entende aqui a indicação de Gramsci (2010), sobre a elevação intelectual e moral da visão de mundo das massas trabalhadoras, mediante um novo processo educacional, o qual:

[...] consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 2010).

Assim, na perspectiva de *traduzir* as indicações gramscianas para os processos educacionais escolares que se desenvolvem nas escolas das massas trabalhadoras, é importante destacar que a criação de uma nova cultura (Gramsci, 2013, p. 96), ou um novo modo de ser/conceber/agir das massas trabalhadoras na realidade social (e no sentido da sua autonomização), não deve ser tomada reduzidamente como criação ou invenção de procedimentos didático-pedagógicos que facilitariam a aprendizagem dessas massas<sup>11</sup>. Antes, é imperioso observar que, geralmente, esse esforço acaba por preservar ou não confrontar a concepção de mundo hegemônica, mercadológica, capitalista enfim. Sem negar a importância da Didática, do estudo sobre as especificidades pedagógicas da *sala de aula*, das relações professor-aluno etc., é imprescindível saber que esses elementos expressam sempre determinada filosofia política; portanto, que é imprescindível a sua ressignificação por uma nova concepção do mundo, isto é, pela filosofia política própria dos trabalhadores: a Filosofia da Práxis.

---

<sup>11</sup> Gramsci (2010, p. 52) defende que é “[...] preciso resistir à tendência a facilitar o que não pode sê-lo sob pena de ser desnaturado”.

Pela caracterização, ainda que breve, da realidade em curso, percebe-se a natureza da vontade coletiva que já opera na sociedade estadual, e se desenvolve buscando afirmar ou cimentar aquela materialidade econômica (ou o processo da valorização do capital, na forma do capitalismo dependente) às percepções/sentimentos das massas como processo superior, necessário e natural da vida social em geral. Com efeito, os elementos político-pedagógicos da construção da nova vontade coletiva e seus operadores, emergem e só podem se desenvolver como negação dessa vontade e, assim, no sentido da sua superação econômico-social. Então, dada a natureza da Escola Pública, o problema que se impõe é se e *como* a escola pode ser subjetivada pela ação consciente de seus educadores no sentido de (expressando a necessidade histórica da classe trabalhadora), ao invés de formar *maquinas humanas*<sup>12</sup> limitadas à função de instrumentos da valorização do capital sob o capitalismo dependente, formar uma gente consciente e com capacidade intelectual para conceber e protagonizar um novo desenvolvimento econômico-social?

Ora, sabe-se que a Escola não é um fato natural, mas, que surge com a divisão da sociedade em classes sociais, as quais decorrem do surgimento da propriedade privada na história da humanidade. Conforme Saviani (2008, p.248), com a existência de “[...] uma classe ociosa, que vive do ócio, já que não precisa trabalhar, pois vive do trabalho alheio [...] surge a escola, palavra que, em grego, significa exatamente o lugar do ócio”; assim, a escola é o *instrumento* que, inicialmente, *viabiliza* a divisão da educação conforme a situação social dos indivíduos para preservar a condição dominante da classe proprietária. Não sendo em sua origem, uma criação destinada a democratizar ou difundir igualmente o conhecimento para todos os membros da sociedade, é mister que

---

<sup>12</sup> Marx (2001, p.51) ao tratar da degeneração que o sistema capitalista de produção impõe ao trabalhador por todos os meios, inclusive pelo desenvolvimento científico-tecnológico que introduz em escala monumental a maquinaria no processo produtivo com o exclusivo objetivo de potencializar a produção de mais-valia, diz que “A máquina adapta-se à *fraqueza* do homem para do ser humano *fraco* fazer uma máquina”.

se entenda a presença massiva dos trabalhadores na Escola (e a própria existência da Escola Pública) como uma conquista destes e como “plataforma” para as suas lutas autonomizadoras. Ainda que o processo produtivo exija sempre determinado conhecimento ou tecnologias para ser viabilizado (e estes sob o capitalismo tenham ganhado importância e, assim, níveis de desenvolvimento e sofisticação científica gigantescos), o que determina a presença massiva da classe trabalhadora na Escola são as suas lutas e movimentos autônomos; o processo do Agronegócio confirma isto, na medida em que a sua efetivação exige das massas uma “educação” cada vez mais reduzida ao treinamento.

### **Considerações Finais**

Claro está que a Escola Pública, como o organismo social no qual as massas trabalhadoras aportam em busca do conhecimento sistematizado, científico, é disputadíssima pelas forças vivas da sociedade burguesa; tal disputa, se se efetiva no sentido de determinar, dominar e dirigir o seu processo educacional, dando inclusive a forma do próprio modo de ser Escola, é necessário lembrar que a sua presença em todo o território estadual, como instituição público-estatal, dá-se como a materialização de uma importante vitória dos trabalhadores, além de atestar certa compreensão que estes já têm sobre a sua importância para a *qualificação* do seu viver na sociedade burguesa.

Assim, a Escola Pública como fato social cultural concreto, que expressa e incide contraditoriamente sobre o processo econômico, deve ser tomada e tratada político-pedagogicamente como elemento imprescindível à construção da hegemonia dos trabalhadores, face ao processo *autotélico*, egoístico, excludente, do capital; ou seja, a luta dos educadores (e dos demais trabalhadores) para determinar e dirigir o seu processo político-pedagógico e

administrativo, deve ser concebida como um movimento que se desenvolve a partir dessa *plataforma*, que já expressa, per si, em muito, uma conquista das organizações, lutas e movimentos autônomos e emancipadores das massas trabalhadoras.

Tem-se, então, que a tentativa de ressignificar essa *plataforma* ou espaço/instrumento, por seu processo educacional, no sentido da construção da nova vontade coletiva, significa confrontar a concepção hegemônica de educação do capital (reduzida à instrumentalização ou treinamento), pela afirmação do novo conceito de Educação e de Conhecimento numa perspectiva de classe, isto é, da construção da autonomia da classe trabalhadora. Assumir isto, significa para os educadores assumirem-se como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, do que decorre a necessidade de se armarem político-pedagogicamente com as armas da crítica, oferecidas pela filosofia da *práxis*, pois, somente esta, conforme Gramsci

[...] realizou um passo à frente no pensamento, com base na filosofia clássica alemã [...] historicizando o pensamento na medida em que o assume como concepção do mundo, como “bom-senso”, difuso no grande número [...] e difuso de tal maneira que se converte em norma conduta. (GRAMSCI, 2013, p. 202-203).

Dessa forma, a nova *práxis* docente, desenvolve-se como negação/superação da função reducionista que o hegemonismo tenta impor aos educadores, ao tentar limitar essa prática ao ato *prático-mecânico* de ministrar aulas. Com a nova concepção de mundo a lhes orientar o pensar e o agir docente, o seu *status* se eleva de um *prático* de sala de aula, para um *cientista* da Educação – aquele que conhece *geneticamente* a Educação, o processo educacional-escolar e, assim, concebe-o teórico-praticamente integral, em conexão com o processo humano a partir da realidade imediata onde está localizada a Escola. É nesta perspectiva, que a Escola Pública e seus Educadores podem e devem se elevar em importância social, em qualidade técnico-científica e capacidade político-

filosófica face à sociedade – em defesa/construção de um novo projeto de escola, de conhecimento, que se qualifica socialmente por sua conexão orgânica e como fundamentos de uma nova *utopia*: um novo desenvolvimento econômico-social em confronto/negação à *dependência* e ao *subdesenvolvimento* que se materializam na realidade estadual como Agronegócio.

Assim, os esforços para a subjetivação da Escola Pública como elemento da construção da nova vontade coletiva, efetivam-se como confirmação da *plataforma Escola Pública*, tomada como conquista das massas trabalhadoras; inserem-se na disputa dessa *plataforma*, confrontando o *hegemonismo*, que busca reduzi-la (ao tentar estabelecer a formação de mão de obra como a sua finalidade superior) a uma agência de treinamento do SENAR. Eleva-se, assim, a Escola Pública e seus educadores a protagonistas da “grande política”, que na visão de Gramsci “[...] compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (2012, p. 21); pressupõe, portanto, como elemento intrínseco desse processo, a elevação intelectual/moral ou da consciência das massas trabalhadoras, que já se efetiva com essa construção e, ao mesmo tempo, como instrumento dela.

Assim, a efetivação dessa nova consciência na ação prática ou política desse ser em construção, bem como as organizações que vão sendo construídas ou ressignificadas devem ser compreendidas e determinadas como embriões da estrutura político-administrativa da sociedade futura em construção; ou seja, como a materialização de elementos político-administrativos, bem como o modo de ser, que indicam já, uma estrutura de poder com uma nova natureza, bem como a inauguração de um novo tipo humano, radicalmente democráticos. Assim, pressupondo um conhecimento novo, concreto, sobre a realidade econômico-social, a construção da vontade coletiva encontra na Escola Pública e nos seus processos educacionais um campo fértil e, pode-se dizer, face ao



processo social hodierno, imprescindível para a sua realização. Mais que isto, a construção da vontade coletiva deve se afigurar na perspectiva indicada, como o conteúdo e a finalidade fundamentais do processo educacional-escolar das massas trabalhadoras; por conseguinte, trata-se do protagonismo docente superior, que os educadores comprometidos com as lutas e movimentos emancipatórios dessas massas, devem estabelecer como finalidade do seu trabalho cotidiano nas salas de aulas repletas de trabalhadores-estudantes.

## Referências

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed. São Paulo – SP: Ed. da UNICAMP, 1986.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Martins e Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã, teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, D. Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. In: *Marxismo e Educação, debates contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SEMERARO, G. *Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

Recebido em: 25.04.2017

Aceito em: 17.05.2017